

K XENOTRODAREEUAZV

23 24e25 de outubro de 2013

Edas/RS - Eds

Tema

UN VERS DCEEBTI CSEV VEDA

COOFOMREUCSHUMANSRAARI CA

ROI SI OALNRODDH

AB TAT

Eixo Temático 3. Ponencia 54

Articulação entre a Universidade e a Sociedade. Políticas, Estratégias e Estruturas Organizacionais em Projetos de Produção Social do Habitat

Cátedra Produção Social do Habitat.

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Universidade Federal de Pernambuco

Recife, Brasil

Soc. Urb. Luis de la Mora. DEA Urbanismo, Instituto de Urbanismo de Paris, Doutor em Sociologia, Universidade Sorbonne, Paris, França. Professor Associado dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e em Direitos Humanos, UFPE, Brasil.

Arq. Luis Arturo Vázquez Honorato. Especialidad en Vivienda UV; Maestro en Administración en la Construcción, ITC; Doctor en Arquitectura por la UNAM. Professor de la Facultad de Arquitectura de la Universidad Veracruzana, Xalapa México.

Soc. Pieter de Vries. Departamento do Desenvolvimento Social Rural, Universidade de Wageningen, Holanda.

Arq. Urb. Cecilia de la Mora. MSc em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Brasil, MSc em Estudos Urbanos, Universidade de Québec em Montreal, Canada, Doutoranda em Estudos Urbanos, UQAM, Canadá.

Bel em Direito Cytnhia Lucienne, MSc em Urbanismo, Universidade de Tours, França, Doutoranda em Desenvolvimento Urbano, UFPE, Brasil.

Ass. Social. Diana Carolina Gómez Bautista. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA, UFPE, Brasil.

Socióloga Elsa Cuevas. Mestranda em Arquitetura, Universidade Veracruzana, Xalapa, México. Estagiaria de intercambio com o MDU, UFPE, Brasil

Arq. Urb. Jennifer Borges. MSc em Desenvolvimento Urbano, MDU, Doutorando em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Brasil.

Ecóloga Laura Linde. Mestranda em Urbanismo, Universidade de Tours, França. Estagiaria de intercambio com o MDU, UFPE, Brasil, Maio – Setembro 2013.

Bel em Direito Maria Eugênia Wanderlei. Mestranda em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Brasil.

Arq. Urb. Luciano Medina. MSc em Desenvolvimento Urbano, MDU, Doutorando em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Brasil.

Arq. Luz Elena Rangel. Mestranda em Arquitetura, Universidade Veracruzana, Xalapa, México. Estagiaria de intercambio com o MDU, UFPE, Brasil, Agosto – Dezembro de 2013.

Bel Historia Nilson da Rocha Cordeiro. Mestrando em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Brasil.

Arq. Urb. Werther Ferraz. MSc Desenvolvimento Urbano, MDU. Doutorando em Desenvolvimento Urbano, MDU, UFPE, Brasil.

Apresentação

Esta comunicação é de autoria coletiva dos 11 participantes da CIAPA¹ organizada entre junho e outubro de 2013, tendo como enquadramento acadêmico a disciplina Produção Social do Habitat do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Participaram com contribuições desde o exterior 3 pesquisadores, um dos quais representante de uma cátedra parceira da ULACAV, orientador de uma das duas mestrandas mexicanas que estão realizando estágio de intercâmbio entre nossas duas cátedras.

As diretrizes de políticas, estratégias e estruturas organizacionais que dão suporte à presente atividade, assim como as reflexões dos seus participantes, constituem o conteúdo desta comunicação.

A Formação dos recursos humanos para a prática profissional na produção social do Habitat exige processos didáticos dialógicos, na forma de comunidades de aprendizagem entre educandos e educadores, utilizando como estratégias o início do processo de formação a partir do diálogo com a sociedade, para que deste diálogo emergjam os conteúdos centrais a serem elaborados coletivamente. O diálogo com a sociedade sugere a inclusão de técnicos de organismos governamentais e não governamentais, representantes de movimentos sem teto, e dos usuários, que no final das contas são os sujeitos do direito à cidade e à moradia.

Estas diretrizes exigem flexibilidade curricular para adaptar as aulas, oficinas, seminários, à dinâmica da sociedade. Os calendários e horários devem ser ajustados, e principalmente a dinâmica em sala de aula deve primar por conciliar o conteúdo da formação de recursos humanos para a prática profissional na produção social do habitat, constituindo processos de produção social do conhecimento.

Afim de expor nossa argumentação bem como nossa experiência, nossa comunicação foi dividida em seis partes: (1) A articulação Universidade – Sociedade; (2) Universidade Democrática e Responsabilidade Social; (3) Participação hegemônica dos sujeitos sociais; (4) Produção Social do Habitat; (5) Diretrizes, estratégias e estruturas organizacionais para a formação de profissionais para atuar em projetos de Produção Social do Habitat; e (6) Reflexões dos participantes.

1. A articulação Universidade – Sociedade

A Universidade, como instituição social, tem vínculos cada vez mais amplos com a sociedade.

Passou-se a época de isolamento, e/ou de quase “enclaustramento” quando as relações de universidade com a sociedade reduziam-se apenas a receber estudantes, que passavam vários anos estudando os textos clássicos conservados

¹ CIAPA – Comunidade Interdisciplinar de ação, pesquisa e aprendizado.

nas bibliotecas, residiam em alojamentos especiais, vestiam becas cujo formato e cor dependia do seu grau e campo de estudo, recebendo aulas catedráticas numa língua morta, para no final do processo aspirar a um diploma que os legitimasse socialmente para exercer uma profissão.

No modelo tradicional, eram formados profissionais preparados academicamente, mas com pouca familiaridade e sensibilidade em relação aos problemas sociais reais que formam parte da realidade local, nacional e mundial.

Paulatinamente, as empresas, onde se materializa a produção dos conhecimentos e as organizações da sociedade civil, ao perceberem e sofrerem as consequências nefastas deste isolamento, começaram a desenvolver processos de produção do conhecimento em suas próprias estruturas de formação e especialização de quadros profissionais.

Desta forma, tem surgido com frequência crescente “universidades abertas” ou “corportativas”, cujos projetos e práticas pedagógicas são formatados a partir das necessidades dos usuários, e não das ideias e critérios dos “professores”.

Eis um alerta para a universidade. Os programas dos cursos, os conteúdos das disciplinas devem obedecer às prioridades dos elementos estruturantes da sociedade, entidades sociais criadas para produzir bens e serviços das empresas, ou para zelar pela suficiência e/ou qualidade de tais bens e serviços, conhecidas nos nossos dias como organizações sociais.

Assim, o diálogo entre a universidade e a sociedade deve superar os muros dos antigos claustros universitários, as barreiras acadêmicas e ou simbólicas interpostos entre o conhecimento (*Episteme*) e o saber (*Sofia*) e os cidadãos, e suas organizações políticas e governamentais, produtivas e sociais.

2. Universidade Democrática e Responsabilidade Social

A universidade para ser democrática, além de implantar processos democráticos de escolha das suas autoridades e gestão de suas políticas, e de estabelecer mecanismos de acesso transparentes baseados nos méritos dos seus postulantes, docentes e discentes, deve implantar projetos e práticas didáticos direcionados ao atendimento das necessidades postas pela sociedade.

Ao abrir seus projetos pedagógicos às demandas reais da sociedade, a universidade posiciona-se favoravelmente para efetivar sua responsabilidade social. Caso contrário, o conhecimento permanece apenas nos estratos superiores e na esfera do conhecimento abstrato, mas distante da prática.

Nos últimos anos, no Brasil, e em outros países da América Latina e Caribe, os projetos de extensão universitária têm se multiplicado. As pró-reitorias de Extensão ou órgãos similares, adquirem importância crescente. Os projetos de extensão crescem em número e valor das bolsas neles alocadas.

Concordando com Boaventura de Souza Santos (2012), o nosso ideal é que a universidade, na sua totalidade, e os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação estejam totalmente voltados às atividades fundamentais de ensino e pesquisa para estabelecer um diálogo com a sociedade, de tal maneira que as instituições extensionistas, pró-reitorias, programas e projetos sejam totalmente desnecessários.

Ideal utópico? Talvez, mas nessa direção nos encaminhamos com entusiasmo buscando adequar as estruturas universitárias à dinâmica e às demandas da sociedade.

O princípio da indisociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, que durante muitos anos constituiu um *slogan*, muitas vezes vazio, se materializa, invertendo sua ordem: Extensão, a abertura à sociedade, atendimento às suas necessidades científicas, técnicas, artísticas, para que a partir da necessidade de oferta de serviços de qualidade, as pesquisas universitárias sejam motivadas, direcionadas e efetivadas, gerando como resultado último do processo um aprendizado consistente e de qualidade, de tal forma impregnado que possa refletir os benefícios do aprendizado na sociedade.

O grupo de professores, alunos e funcionários que criamos no seio dos programas de graduação e pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, em janeiro de 2008, a Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizado, expressa esse novo posicionamento da vivência universitária.

Começamos pela *Ação*, porque o conhecimento que não se vincula a ela torna-se estéril. Realizamos *Pesquisas*, porque para agir com competência e qualidade precisamos pesquisar os fundamentos epistemológicos, teóricos e práticos da ação, sob o risco de tornar-se simples ativismo. E *Aprendizado*, porque ao final de contas esta é a missão fundamental das universidades.

Ao defendermos a geração e a difusão do conhecimento a partir da *Ação*, temos plena consciência de que a universidade não é uma ONG, nem um organismo público gestor ou promotor de políticas públicas. A universidade tem como missão última e central a produção e a transmissão do conhecimento. Ela não deve pretender gerir nem centralizar a execução de projetos ou programas sociais. Ela deve, sim, associar-se às instituições governamentais e não governamentais, aos movimentos sociais e comunitários, para, junto com eles, poder contribuir para sua efetivação.

Segundo a pedagogia do fundador da pró-reitoria de extensão na década de 60 do século passado da nossa universidade, o educador Paulo Freire², não se trata

² Paulo Freire. Educador pernambucano, fundador da pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador didático do Movimento de Cultura Popular e criador do Método de Alfabetização baseado na realidade social e cultural dos analfabetos. Escreveu a *Pedagogia do Oprimido*, *Educação como prática de liberdade*. Preso e exilado pela ditadura, trabalhou no Chile e posteriormente na Guiné Bissau. Consultor da Unesco em Genebra. Depois da anistia voltou para o

da universidade pretender centralizar a gestão dos projetos sociais, culturais ou educacionais a serem desenvolvidos junto às pessoas, famílias, comunidades, organizações e sociedade de modo geral, mas de colaborar, apoiar, reforçar. De acordo com Paulo Freire (2006, p. 36), *“o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”*.

O processo de desenvolvimento e emancipação dos sujeitos deve ser promovido e conduzido por eles próprios. Deve-se entender o homem como um ser de relações que está *no* mundo e *com* o mundo. Paulo Freire diferenciava três tipos diferentes de ações: aquelas promovidas e conduzidas *pelos* sujeitos, *com* os sujeitos e *para* os sujeitos sociais. O processo de desenvolvimento e emancipação dos sujeitos deve ser promovido e conduzido por eles próprios.

Fazemos nosso o lema de Dom Hélder Câmara, arcebispo católico do Recife nas décadas de 60 a 80 que afirmava: *“Não Acredito em Desenvolvimento que não seja conduzido pelo povo”*.

3. Participação hegemônica dos sujeitos sociais

Os cientistas políticos nos ensinam que o desenvolvimento social conduzido pelas elites é populismo, é uma forma de favor para se conseguir algo em troca.

No entanto, se reconhecemos que o bem estar resultado do desenvolvimento econômico, político, social, cultural, é um direito, e se defendemos o direito à cidade e à moradia, que no Brasil está inserido na Constituição Federal, devemos reconhecer que os direitos, diferentemente das concessões assistencialistas e paternalistas, são resultado de uma conquista. Os direitos se conquistam, os favores se recebem.

Ora, para efetivar-se a conquista dos direitos é preciso reconhecer que esta conquista é o resultado da ação de sujeitos. E quem são os sujeitos do direito à cidade e à moradia? O governo? Os bancos de financiamento e fomento? Os órgãos técnicos ou empresas construtoras? Não. Os sujeitos do direito à cidade e à moradia, são os próprios moradores dela, são os cidadãos.

Numa sociedade, populista ou ditatorial, o exercício do direito dos cidadãos está atrofiado. Esse é um dos papéis fundamentais da universidade: conscientizar os cidadãos sobre seus direitos, e contribuir com eles para a reivindicação da sua efetivação.

Se são sujeitos do direito à cidade, eles devem assumir o protagonismo. Nosso papel é agir com eles, e não nos deixarmos levar pela postura fácil de agir para eles, porque desta forma estaremos contribuindo, não para a conscientização e

Brasil, onde foi secretário de Educação da Prefeita Luiza Erundina, primeira prefeita do PT de São Paulo.

aprendizado da prática do protagonismo, mas para a manutenção da subordinação e dependência.

Assim, os projetos que estamos desenvolvendo nesta atividade da CIAPA através da Comunidade de Aprendizagem para a promoção da articulação entre a *Universidade* e a *Sociedade* na perspectiva da produção de um habitat que efetivamente promova o bem estar pleno das pessoas, famílias e comunidades, deverão contar com o protagonismo ativo dos moradores, verdadeiros sujeitos da produção de um habitat da qualidade sustentável.

O protagonismo deve ser alicerçado numa efetiva participação nas decisões, e deve superar as formas paternalistas de participação: simplesmente informar as pessoas ou pedir sua opinião sobre assuntos de menor importância, como a cor das fachadas dos prédios projetados e construídos pelo governo, para atingir altos graus e níveis de participação na tomada de decisões mais importantes, tais como o partido arquitetônico e urbanístico do projeto, no formato de co-gestão com os organismos técnicos e de fomento, ou mesmo o alto grau de auto-gestão de todo o empreendimento pelos usuários, sujeitos do direito à moradia e à cidade.

A CIAPA

A Comunidade interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem, consciente dos princípios de autogestão, autonomia, protagonismo, articulação interinstitucional, flexibilidade, assume como diretriz dialogar com os parceiros de forma pedagogicamente respeitosa, fazendo com que o diálogo acadêmico entre a universidade e a sociedade seja efetivamente um elemento propulsor da autoestima, e da autoconfiança na capacidade de autogerir o seu processo de desenvolvimento social e urbano.

As relações internas da Comunidade de Aprendizagem refletem coerentemente esta atitude.

A CIAPA não pode estabelecer um diálogo educativo com as comunidades e parceiros, se dentro dela não vivencia este tipo de relações. Assim as sessões da CIAPA se afastam cada vez mais do modelo tradicional de aula magistral para tornar-se uma roda de diálogo, na qual docentes doutores, estudantes do doutorado, do mestrado, alunos da graduação, técnicos, profissionais de organismos exteriores à universidade, possam produzir, consolidar e socializar conhecimentos teóricos e experiências técnicas. Voltando a Paulo Freire (1981, p.79), "ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". "O Educador ao educar aprende, e o educando ao aprender ensina".

A CIAPA foi criada, em janeiro de 2008, em decorrência e efetivação de uma das recomendações da Carta de São Paulo, elaborada pelos participantes do Seminário Latino-americano "Estratégias para promover uma moradia digna para as populações da América Latina", promovido pela ONG Habitat para a Humanidade, com apoio da InterAmerican Coalition, Habitat Nações Unidas, e participação de

representantes do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Universidades, Governos Municipais, Federações de Movimentos Sociais, entre outros, na qual os participantes se comprometiam a mudar sua forma de agir de romper os paradigmas tradicionais de formação de profissionais para adequar-se à nova forma de agir de forma compatível com os princípios da Produção Social do Habitat.

Desde a primeira edição em 2008, repetem-se anualmente, em cada segundo semestre letivo (estamos realizando a sexta), as sessões de estudo, discussão e produção social do conhecimento, com a participação de estudantes do mestrado e doutorado em Desenvolvimento Urbano, assim como de outros programas próximos: Sociologia, Geografia, Gestão e Planejamento do Meio Ambiente, Serviço Social; e de dirigentes e técnicos de organismos públicos como a Caixa Econômica Federal (Banco oficial de financiamento dos programas habitacionais e urbanos), e a Superintendência do Patrimônio da União (organismo que administra os imóveis – terrenos e edificações pertencentes à União Federal)³.

4. Produção Social do Habitat

A fim de entender melhor a importância de a universidade adotar uma postura diferente daquela tradicionalmente adotada no seu diálogo com a sociedade, é que a CIAPA e a disciplina Produção Social do Habitat estão implementando a formação de profissionais para atuarem de formas compatíveis com a Produção Social do Habitat. Para isso, no entanto, é preciso estabelecer claramente o que entendemos por Produção Social do Habitat, que é um processo totalmente diferente daquilo que o mundo oficial chama de Habitação de Interesse Social-ou de Habitação Social.

Diferentes modalidades de produção do habitat

A alta densidade populacional nas metrópoles latino-americanas origina grandes desafios para o desenvolvimento urbano, cujas metas permanecem sempre distantes das metas programadas. Os resultados são a fragmentação espacial, a exclusão social e o impacto negativo sobre o meio ambiente.

Nas sociedades capitalistas ou neo-capitalistas que buscam amenizar os efeitos das relações sociais de exploração, espoliação e dominação, as modalidades mais comuns são as que favorecem e fortalecem os oligopólios constituídos pela produção mercantil e pela produção governamental.

³ A legislação portuguesa reservava como propriedade da coroa portuguesa todas as terras na beira do mar e demais cursos de água: rios, lagos, canais, etc. Podendo ceder seu uso, preservando porém a propriedade nas mãos da coroa, a administração colonial se particular para usos públicos ou privados. Com a Independência do Brasil, essas terras passaram a fazer parte do patrimônio imperial e posteriormente da União Federal, que atualmente são administradas pela Secretariado Patrimônio da União (SPU). A partir do governo Lula (2003) o Ministério das Cidades, recém-criado, emitiu uma diretriz de dar função social aos imóveis da União desocupados, que as superintendências nos estados devem aplicar. No Estado de Pernambuco, a SPU criou um grupo de trabalho composto por representantes de movimentos sem teto, Caixa Econômica Federal, Empresa Estadual de Habitação, Secretaria Municipal de Habitação e MDU/Universidade Federal de Pernambuco, para identificar terrenos nos quais possam ser implantados projetos de Produção Social do Habitat.

A primeira modalidade ocorre através do mercado imobiliário e da autoprodução, que permite às famílias com maiores recursos e/ou acesso ao crédito produzir ou adquirir suas residências.

A segunda visa oferecer habitações parcial ou totalmente subsidiadas às famílias que estão fora do mercado imobiliário por falta de capacidade de constituir uma demanda formal.

A primeira modalidade tem como principal objetivo a obtenção de altas taxas de rentabilidade do investimento, gerando lucro para os investidores. É claro que os produtos devem atingir os maiores níveis de qualidade, oferecendo conforto, segurança, beleza aos imóveis a serem produzidos, tentando minimizar os custos para assegurar a rentabilidade. Frequentemente gozam de vantagens legais para flexibilização das normas de uso e ocupação do solo, e construtivas, assim como oferta de infraestrutura e linhas de financiamento favoráveis por parte dos organismos públicos, que facilitam e tornam mais vantajosa a produção dessas habitações.

Na produção mercantil o bem estar das pessoas e os favores governamentais são meios para facilitar a obtenção do objetivo maior que é a rentabilidade e o lucro.

A segunda modalidade, chamada frequentemente de “habitação de interesse social”, constitui todo um conjunto de programas de produção de habitação a baixo custo para as famílias de mais baixa renda, e a custo zero para as famílias com renda familiar inferior a um salário mínimo.

Não diferente da primeira modalidade no que se refere ao atendimento dos interesses do mercado econômico, a construção da habitação de interesse social pauta-se na dinâmica da pressão mercantil pela redução de custos e aumento da fonte de lucro atrelado ao interesse governamental em aumentar a quantidade de unidades de atendimento para elevar sua popularidade (voto), revestindo à habitação de interesse social um caráter de precariedade, já que a propriedade do imóvel não apresenta a provisão de infraestrutura adequada, nem tampouco atende às reais necessidades dos que o usufruem.

Sobre essa modalidade, é preciso mencionar o caráter clientelista dos governos que a promovem, presente desde as primeiras políticas habitacionais do Brasil, datadas da primeira metade do século XX. Enfatizamos também que em outros países da América Latina o fenômeno não é diferente.

No caso de México, as políticas habitacionais implementadas pelo governo federal desde 2000 são focadas na produção massiva de novas moradias, através de empresas privadas, visando supostamente resolver as problemáticas habitacionais e urbanas. Foram influenciadas pela busca de financiamentos internacionais que permitissem a obtenção de recursos para aparentar uma “produção – desenvolvimento” em grande escala, sem a finalidade de resolver os problemas da população mais pobre, sem se preocupar com o bem-estar da

população, nem o combate à degradação ambiental, mas unicamente obter visibilidade política e ganhos econômicos. Os efeitos desse processo são o crescimento das periferias das cidades, a perda do espaço social, diminuindo as possibilidades de coesão social e incremento no tempo dos deslocamentos e aumento dos custos de transporte. Com estas políticas, o setor privado foi o mais favorecido e as desigualdades sociais se acentuam, gerando um crescimento urbano expansivo e anárquico (CONAFOVI, 2001 -2002).

Voltando ao Brasil, em 1940, o interventor federal da ditadura em Pernambuco, escrevia “o trabalhador honesto, que paga mensalmente a prestação da casa financiada pelo governo, vai pensar duas vezes antes de se meter em arruaças”. Vinte e cinco anos depois, dez dias depois do golpe militar de 1964, a deputada federal Sandra Cavalcanti, do grupo político que apoiou o golpe, escreveu uma carta ao general Castelo Branco, comandante militar do golpe: “Aqui está a carta de que tínhamos conversado⁴. Estava destinado para a campanha presidencial de Carlos⁵, no entanto o oferecemos para a revolução, para servir de sodalício balsâmico para sarar as feridas cívicas da população”.

Recentemente, em 2003, o primeiro prefeito municipal do Partido dos Trabalhadores do Recife, autorizou o desvio de verba de um programa municipal, do qual colaboraram 150 estudantes de arquitetura e engenharia e 6 professores durante um ano, destinado a melhorar as condições de habitabilidade de 170 mocambos⁶ dispersos em 9 favelas urbanizadas e em processo de regularização fundiária, porque esse programa não oferecia visibilidade à prefeitura.

Nesse episódio foi que começamos a chamar a política pública oficialmente chamada de “Habitação de Interesse Social”, de “Habitação de Interesse Eleitoral”. O governo oferece a casa a mais econômica possível, localizada em local de baixo custo, dotada dos serviços básicos e relativamente próxima de equipamentos sociais, no menor custo e o mais rápido possível, para obter visibilidade, popularidade e votos, afim de preservar o poder através de uma reeleição ou melhor ainda ampliar o seu espaço de poder.

Enquanto isso, uma terceira modalidade de produção habitacional tem crescido e se tornado a principal alternativa para a população que não consegue acessar o mercado imobiliário formal (produção mercantil) e nem são atendidos pelos programas estatais de moradia. Essa população que inclui não somente desempregados e subempregados, mas também trabalhadores de renda mais baixa, têm buscado responder suas necessidades de moradia através da ocupação e autoconstrução realizada de forma precária nos terrenos remanescentes do espaço urbano, nas áreas que não puderam ser ocupadas pelo mercado imobiliário formal

⁴ O que era tão importante e vital para ser tratado com um comandante em chefe, nos primeiros dez dias do golpe? A cooptação da população mediante programas assistencialistas...

⁵ Governador do Rio de Janeiro, um dos líderes civis do golpe.

⁶ Mocambo. Palavra de origem Angolana que no Recife identifica as moradias precárias onde moramos pobres.

devido às restrições legais e ambientais e que, por isso mesmo, apresentam condições mais difíceis de ocupação e urbanização.

Construídos inicialmente de forma espontânea e precária em locais mais próximos das oportunidades econômicas, mas sem planejamento de vias, sistemas de drenagem ou de esgoto, além das ligações clandestinas de água e eletricidade, parte destes assentamentos tem conseguido, após décadas de luta e resistência, alcançar alguma legitimidade e recebido investimentos públicos em processos de urbanização que apenas provê parte da infraestrutura básica. Mas muito raramente estes investimentos conseguem promover uma urbanização capaz de oferecer um nível digno de habitabilidade para sua população. Apesar disso, essa ainda tem sido a principal alternativa habitacional para a população de baixa renda em metrópoles do capitalismo periférico, como Recife, onde mais da metade de sua população (57%) vivia em assentamentos desse tipo no ano 2000⁷, ocupando 55% dos domicílios da cidade, em aproximadamente 15% do território urbano, onde predominam um alto nível de precariedade habitacional além da insegurança na posse da terra.

Há ainda uma quarta modalidade, igualmente autônoma como a anterior, mas articulada com a Caixa Econômica Federal, que oferece financiamento diretamente às associações de moradores, cooperativas e outras organizações; com a Prefeitura, que aprova os projetos de construção de conjuntos habitacionais, verticais ou horizontais; com o governo do Estado, que oferece serviços básicos de saneamento, educação, saúde e segurança; e com a União Federal que oferece terra para implantar projetos em regime de auto ou cogestão, nos quais a participação da população na gestão é requisito essencial.

Frequentemente os movimentos sociais e organizações de sem teto procuram o apoio técnico de ONGs e da Universidade para orientar tecnicamente os processos projetuais, construtivos, legais e organizacionais necessários para a produção social do habitat de qualidade e de forma sustentável.

A participação ocorre na gestão, quando os moradores têm espaço e possibilidades de interferir de forma deliberativa no processo, e as vezes na execução das obras através de processos de auto construção. Uma participação que não é absoluta, como no caso das favelas, mas articulada com os organismos de fomento, apoio e assessoramento técnico.

Nestas quatro modalidades reconhece-se a estreita e desafiante relação entre a política e a técnica, assim como a importância que os governos deveriam conferir, com apoio das universidades, ao fomento da participação dos cidadãos na conquista dos seus direitos e à produção de um habitat adequado e em congruência com o meio ambiente no qual está inserido.

⁷ Dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife, elaborado pela Prefeitura do Recife, em parceria com o PNUD.

5. Diretrizes, estratégias e estruturas organizacionais para a formação de profissionais para atuar em projetos de Produção Social do Habitat.

De tudo o que acabamos de contextualizar nesta comunicação desprende-se a necessidade de criar um ambiente didático de produção social do conhecimento, atendendo a recomendação da Carta de São Paulo que em 2007 propunha o rompimento radical com formas tradicionais de ensino.

Trata-se da adoção da pedagogia freireana que torna o educando sujeito no processo de aprendizado. Em vez da aula magistral do catedrático que chega com o material pronto para oferecer um conteúdo previamente organizado num projeto de curso, detalhado e rígido. A produção social do conhecimento ocorre quando se organizam rodas de diálogo e comunidades de aprendizagem na quais os sujeitos do processo de aprendizado assumam uma atitude ativa. O educador assume o papel de estimulador e orientador deste processo.

O paradigma é aquele que orientou a institucionalização da CIAPA no departamento de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano: AÇÃO – PESQUISA – APRENDIZADO.

A principal função da universidade é promover o aprendizado: a produção e a divulgação do conhecimento. Mas o aprendizado não pode ser começo e fim nele mesmo. A aprendizagem é o resultado das necessidades reais da sociedade.

Nas demandas que os movimentos e organizações sociais colocam. Nos nossos mais de 35 anos de docência, nunca fomos a um assentamento, nunca nos dirigimos a uma comunidade sem termos sido convidados por seus dirigentes.

Ouvimos suas demandas e constituímos um grupo de trabalho do qual participam estudantes, professores e membros da comunidade para problematizar estas demandas, e coletivamente definir as medidas a serem tomadas.

Para oferecer respostas consistentes e de qualidade o grupo deve estudar e pesquisar. Conhecer cientificamente a realidade social, econômica, política, cultural, organizacional da comunidade e as características legais, ambientais, topográficas e físicas do assentamento.

O grupo deve pesquisar as teorias que ajudam a entender a natureza e gênese desses problemas, e os métodos e técnicas para equacioná-los.

Assim, primeiro atendemos necessidades, depois pesquisamos e por último terminamos aprendendo. Insistimos que o ensino é a missão fundamental da existência da universidade. A Extensão e a Pesquisa são dimensões básicas e essenciais do ensino de qualidade.

O processo educativo começa com o estudo do que a sociedade precisa. Por isto inicia com um diálogo com os moradores e os dirigentes das organizações representativas, para ouvir as suas necessidades em termos da qualidade do

espaço que deva ser concebido e produzido por eles, com eles, mas nunca para eles.

É preciso convidar para participar das sessões da comunidade de aprendizagem de produção social do conhecimento representantes das comunidades com as quais estamos interagindo, dirigentes e técnicos das organizações populares, não governamentais e governamentais envolvidos, para juntos problematizarmos a realidade, analisarmos suas manifestações e causas, e principalmente para que juntos encontremos diretrizes e modalidades de ação.

O projeto deve ser concebido, formulado e coordenado em parceria com os dirigentes dos movimentos sociais, realizando regularmente sessões de informação para o resto das famílias.

Esta dinâmica exige que a administração universitária permita a participação de graduandos e pessoas não graduadas nas aulas e outros eventos acadêmicos dos cursos de mestrado e doutorado.

Neste sentido, a nossa experiência nos últimos seis anos foi a de criarmos uma cadeira eletiva de Tópicos Especiais de Gestão Urbana, cujo conteúdo geral foi aprovado com o título emblemático de Produção Social do Habitat.

Convidam-se os alunos do mestrado e doutorado do nosso e de outros programas, assim como técnicos de nível superior das ONGs, movimentos sociais, e dos órgãos públicos, para que se matriculem como alunos especiais, pagando uma pequena taxa, e ao final do semestre recebam o crédito acadêmico.

Os graduandos e membros dos movimentos e organizações populares não se matriculam, participam como ouvintes, sem precisar formalizar sua situação na coordenação do programa, porque essa categoria não existe formalmente. No final do processo recebem uma declaração emitida pelo coordenador da disciplina – comunidade de aprendizagem.

Todos os participantes, sem exceção, recebem um certificado de participação assinado pela pro-reitoria de extensão, onde o projeto foi registrado como atividade conjunta de extensão, pesquisa e ensino.

6. Reflexões dos participantes do processo

Como conclusão, nessa última parte de nossa comunicação, expomos as reflexões expressas pelos participantes da CIAPA, no projeto de pesquisa piloto, realizado entre Julho e Setembro de 2013 sobre a importância do grupo interdisciplinar e o aprendizado gerado coletivamente.

Le but du présent travail est d'étudier de manière plus concrète l'influence des opérations d'urbanisation des espaces précaires sur le degré de fragmentation spatiale et de ségrégation sociale dans l'espace urbain. Nous avons ainsi choisi de traiter cette question à travers l'exemple de la favela de Vila do Vintem et cela pour différentes raisons :

- Le site a bénéficié d'un projet d'urbanisation en 2004, il paraissait donc intéressant presque 10 ans après la fin du projet d'étudier les premières évolutions observables en termes de qualité de vie, de degré de fragmentation spatiale et de ségrégation sociale ;
- Il s'agit de la plus petite ZEIS⁸ de la ville, étant donné le peu de temps dont nous disposons pour cette étude (moins de 4 mois), il semblait plus approprié d'étudier une aire plus petite afin d'en apprécier plus facilement les caractéristiques et les mécanismes ;
- La situation géographique très particulière de ce quartier : sorte de petit îlot dans un des quartiers les plus riches de la ville, longé par la route et presque accolé à un centre commercial de luxe. De nombreuses favelas ont subi des opérations d'urbanisation ou de relogement pour l'installation de centres commerciaux, cela semblait donc une problématique intéressante à étudier à l'aide de cet exemple de Vila do Vintem.
- Le projet sur Vila do Vintem comprend à la fois l'expropriation et le relogement d'une partie de la population et la consolidation d'une autre partie du quartier. Cela nous permettra de comparer le degré de fragmentation spatiale et de ségrégation sociale entre les deux opérations.

Ce travail a été réalisé au sein d'un groupe d'apprentissage dirigé par le Professeur De La Mora. Ce groupe était constitué d'étudiants issus de différentes formations (sciences sociales, urbanisme, architecture, géographie, histoire,...) qui ont pu interagir sur leurs sujets de recherches personnels et mener ensemble des études de terrain. Une partie de ce groupe a donc décidé de travailler sur Vila do Vintem. Cette étude ne représente que les prémices de ce travail qui a initialement débuté en juin mais pour lesquelles les études de terrain (observations, entretiens) n'ont commencé qu'à la mi-août.

Nous chercherons donc dans ce présent rapport à présenter le contexte dans lequel a évolué cette ZEIS puis nous tenterons d'analyser l'impact du projet d'urbanisation en termes de fragmentation spatiale (principalement à l'aide d'observations directes et indirectes) et de ségrégation sociale (essentiellement à partir des premiers entretiens réalisés auprès des habitants).

Laura Linde Doiseau, Master en Urbanisme et Aménagement, Université
François Rabelais, Tours.

⁸ Zona Especial de Interesse Social (Zone Spéciale d'Intérêt Social)

Se pensamos a universidade a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos, vemos a importância de criar iniciativas como a CIAPA, que ajuda a nos formar profissionalmente, nos leva a adquirir novos conhecimentos e a compartilhar esses conhecimentos aprendidos. O compartilhamento desses conhecimentos e experiências é fundamental para a sustentabilidade das ações da CIAPA, orientadas pelos princípios de intercâmbio de saberes e de respeito às diferenças.

Essa interação entre a Universidade e as comunidades populares, através da CIAPA por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, é extremamente importante uma vez que promove não apenas o intercâmbio de saberes e fazeres entre ambas, como também abre novas possibilidades para colaborações futuras. Iniciativas como a CIAPA têm um poder transformador. Elas transformam não só a maneira dos participantes inseridos na universidade de perceberem a sociedade, formando profissionais com uma visão ampla e integrada da realidade social (Fórum Nacional, 1987) e com mais compromissos para com essa sociedade; como que também transformam a vida de muita gente, levando uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Ao participar de ações integradas como essa, estamos produzindo conhecimento, mas não qualquer conhecimento, um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e vice-versa. Uma ação acadêmica teórica baseada na experiência empírica na sociedade, mas que não se basta em si mesma, pois está alicerçada numa troca de saberes, acadêmico e popular.

Arq. Urb. Cecilia de la Mora, UQAM, Canadá

A Formação do profissional para a produção Social do Habitat.

A produção, o desenho, a significação da habitação tem sido tema recorrente na prática dos arquitetos e na sua própria formação. Afinal a habitação constitui a maior parte dos tecidos urbanos das cidades. Sobre o 'fundo' dessas áreas habitacionais recortam-se os monumentos, espaços de significado, edifícios mais importantes. Sem esse elemento constituinte do que se entende por espaço urbano, as cidades não existiriam, pois a habitação é o primeiro sentido do estar, do morar e viver em sociedade e ela confere significado ao objeto cidade. Seria possível até existir cidades sem monumentos, sem edifícios importantes e significativos, apenas com habitações, mas o contrário seria impossível.

Mas é o objeto cidade, formado por habitações e outros usos que possui o sentido de civilização. E só a habitação, em interface com os outros usos e serviços que formam e dão sentido à cidade, pode constituir o habitat.

Infelizmente os sistemas econômicos definiram as categorias de habitação: de elite, coletiva, social, popular e outras. Em razão do alto custo para produção da habitação, os governos, de um modo geral, criaram programas para subsidiar a aquisição da habitação pelas camadas sociais mais pobres, ou pelas populações atingidas por calamidades, por projetos de renovação urbana, localizadas em áreas de risco e muitos outros motivos que definiram a categoria de habitação de baixo custo — ou social, popular, como se queira.

No Brasil, a dita produção da habitação de interesse social parece ter-se desvinculado do sentido de habitat, muito embora, o quadro venha aos poucos dando sinais de mudanças. A falta de recursos suficientes para aquisição da casa própria aliada à falta de uma plena consciência do que seja um 'habitat humano' verdadeiro, pela maior parte da população, permitiu que, no passado, as soluções habitacionais privilegiassem apenas a produção em quantidade, mas não a sua qualificação. Na visão tecnocrática o déficit numérico era o que importava. Foram, então, produzidos verdadeiros depositários de pessoas, pelo Brasil afora.

Em nome do *'quem não tem nada aceita qualquer coisa'*, as periferias das grandes e médias cidades brasileiras acomodaram essas verdadeiras 'ruínas modernas': fantasmagóricos conjuntos habitacionais, configurados por unidades produzidas em série; a utilização de sistemas construtivos tecnologicamente obsoletos; a redução de custos levada a termos absurdos; unidades habitacionais providas apenas de 'quarto e banheiro'[!]; etc.

Até que ponto a formação dos arquitetos — especialmente na área do planejamento urbano — durante esse período contribuiu para isso é difícil de dizer. Se ainda hoje a formação dos nossos quadros contribui de alguma forma, também é difícil de avaliar, porque com a divisão do trabalho e da cadeia produtiva no setor da construção civil, o papel do arquiteto vem se reduzindo em sua proeminência como profissional decisor.

Mas é preciso que estejamos atentos à formação dos nossos quadros na área da arquitetura e urbanismo, pois é preciso estabelecer como princípio de formação dos nossos profissionais — em quaisquer das dimensões da arquitetura, do paisagismo, do urbanismo, do desenho urbano — que o mais importante é a cidade, nosso habitat por excelência. A habitação desenha a cidade, seja qual for a categoria de habitação que produzamos. Devem ser incutidos na formação do profissional que os princípios de projeto e desenho que devem qualificar a solução arquitetônica e urbanística habitacional são:

[I] a excelência do sistema construtivo aplicado [segurança, acabamento, relação custo-benefício, relação entre padronização e especificidade, etc.];
[II] padrões dignos e aceitáveis de conforto e habitabilidade das unidades habitacionais;
[III] a proposição de espaços de convívio e encontros, valorizando a vida em comunidade;
[IV] o direito à Arquitetura e à Estética; e o mais importante de todos, à solução de arquitetura por mais padronizada que possa ser a tecnologia construtiva empregada,
[V] deve primar pela integração do projeto com o contexto urbano imediato e, sobretudo constituir-se numa oportunidade de [re]desenhar a Cidade - uma 'estética urbana'.

Assim, a relação com os usuários e outras disciplinas para o desenho e a urbanidade da solução arquitetônica deverá constituir-se em um sinal de respeito ao maior de todos os artefatos e a maior de todas as instituições criadas pelo homem, que é a Cidade — o habitat de todos os homens, sem quaisquer distinções de cor, credo, posses e origens.

Arq. Urb. Luciano Medina, MDU, Brasil

En donde la experiencia y la comprensión de este intercambio de saberes resulta en beneficio mutuo de todos los actores, que por un lado para la academia permita insertarse directamente con la realidad, en beneficio de una actualización pertinente y oportuna de sus programas de enseñanza; para los estudiantes se logran la aplicación inmediata del conocimiento teórico con los saberes heurísticos y se reconoce la relación de los dos anteriores a los saberes axiológicos, elementos complementarios para el desarrollo holístico de la educación superior y el aprendizaje para la vida; la vinculación directa de las Universidades permite otorgar el justo valor al conocimiento socialmente pertinente y la oportunidad de poder establecer colaboraciones al interior transdisciplinarias, multidisciplinarias o interdisciplinarias definidas a partir de articulaciones conjuntas o complementarias que busquen la solución a los problemas reales bajo visiones conjuntas con fundamento en el pensamiento complejo, que permita dicho abordaje de la solución a problemáticas de forma colaborativa y que lleven a la comunidad universitaria a comprender la realidad, con base en la complementariedad de respuestas de todas las disciplinas y la insuficiencia de aquella que se realiza de manera individual.

Desde el beneficio para la sociedad, resulta a partir del apoyo que la Universidad otorga y ofrece la posibilidad de definir con base en sus necesidades y desarrollar de manera conjunta con los demás actores las propuestas que resulten apropiadas y apropiables a los mismos, con el que se establecen enlaces directos que definan el camino que la sociedad en conjunto determina para dar respuesta a sus

problemáticas.

Para ressaltar as características operativas da prática profissional na produção social do habitat e para atingir uma permeabilidade y aplicabilidade do conhecimento, destaca-se a importância de trabalhar com os segmentos marginalizados e suas associações de moradores e cooperativas de moradia, assim como integrar o processo de ensino com outros ramos do saber em equipes interdisciplinares, gerar novas forma de gestão. Assumir um planejamento flexível, sem determinações previamente assumidas de caráter tecnocrático, para permitir espaço de dialogo com os habitantes.

Arq. Luz Elena Rangel. Universidad Veracruzana, México

Entendemos que formar recursos humanos para a prática profissional na produção do habitat começa por integrar a visão da complexidade em todos os momentos. No caso dos processos formativos universitários, isto significa ensinar aos alunos envolvidos na realidade prática da produção habitacional em assentamentos precários a habilidade de contextualizar num primeiro momento a visão global da realidade, em seus aspectos macro (o todo), para num segundo tempo poder melhor entender as individualidades, as particularidades (as partes). Assim, trata-se de superar a visão holística que valoriza o todo em detrimento das partes, ignorando-as e assim esvazia de sentido as particularidades individuais. Procuramos assim nos trabalhos e encontros da CIAPA favorecer esse vai e vem permanente entre o todo e as partes, privilegiando as relações interdependentes entre esses níveis, praticando uma forma de pensar e atuar flexível e aberta.

Assim nos atrelamos então a contextualizar as políticas públicas urbanas e habitacionais, passadas e atuais, contextualizando a modalidade da produção social do habitat em relação às outras modalidades de produção de moradias, e apontando as iniciativas ocorridas na América Latina que inspiraram as atuais iniciativas brasileiras. Foi ainda necessário destacar que os projetos de produção social do habitat ocorridos na cidade do Recife ou no Nordeste se distinguem dos ocorridos nas outras partes do Brasil. Por isso se faz sentir a necessidade de ter um entendimento maior do contexto histórico, social, político, econômico etc. brasileiro para poder entender o processo particular de um projeto.

Adotamos então a perspectiva da visão complexa da realidade como definida por Edgar Morin (2003, p. 14), isto é: “Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes”. Por isso, noções ao mesmo tempo complementares, antagônicas e contraditórias serão concebidas como uma unidade múltipla, unidade na diversidade

na qual essas noções heterógenas vão se associar e dialogar para ser integradas na totalidade, sem perder suas características próprias. Trata-se então de um jogo permanente de interações das partes e do todo, dos elementos e do sistema que o inclui, onde a incerteza é concebida como o elemento que alimenta essa dinâmica (Morin, 2003, p. 92).

Se formar e ser formado para enxergar a complexidade dos fenômenos estudados requer ser atentos a vários postulados importantes. Primeiramente, isso nos obriga a sair do pensamento científico materialista, reconhecendo que aspectos até então separados (Sujeito / Objeto ; Alma / Corpo ; Mente / Matéria ; Qualidade / Quantidade ; Finalidade / Causalidade ; Sentimento / Razão ; Liberdade / Determinismo ; Existência / Essência...) são apenas faces múltiplas e diversas de mesmos fenômenos, que precisam ser percebidas e analisadas pela triangulação das fontes de dados e métodos de análise.

Trabalhamos também no contexto da CIAPA as relações entre os diversos tipos de saberes, particularmente entre o saber científico e o senso comum, procurando sair de toda relação hierarquizada (Jovchelovitch, 2008). Atrélamo-nos então a reconhecer o valor de cada tipo de saberes, assim como estabelecer possibilidades de diálogos críticos, passarelas entre um mundo e outro. Reafirmamos a ligação fundamental existente entre operações de transformação do espaço urbano através da produção social do habitat, por exemplo, e os desejos/necessidades/sonhos dos indivíduos, os principais produtores do espaço. Como afirma Marcelo Lopes de Souza “ao estudarem o espaço social, muitos pesquisadores tem negligenciado o estudo dos produtores do espaço” (2011, p. 148), limite que precisa ser superado através a instauração de um diálogo crítico com os indivíduos envolvidos na pesquisa. Isso passa, a nosso ver, pela integração e análise das relações de cotidiano por parte dos pesquisadores nas quais os moradores se constroem e constroem seus espaços através de instrumentos de pesquisa adequados como grupos focais, entrevistas em profundidade que permitem apreender essa visão complexa do cotidiano.

Porém, essa visão complexa da realidade não deixa de ser científica e pede que o pesquisador aluno respeite cuidados metodológicos e éticos exigentes. Para preservar o rigor científico, é necessário se manter constantemente aberto e flexível entre “a implicação e o distanciamento, a afetividade e a racionalidade, o simbólico e o imaginário, a mediação e o desafio, a autoformação e a heteroformação, a ciência e a arte” (Barbier, 2002, p. 18). O rigor científico em relação a essa implicação necessita incluir a complexidade na prática de pesquisa, no sentido de combinar de maneira complementar as posturas antagonistas de “ser totalmente presente com todo seu ser emocional, sensitivo e axiológico e presente com todo seu ser dubitativo, metódico, crítico, mediador enquanto pesquisador profissional” (Barbier, 2002, p. 69). Ele precisa assim de uma visão sistêmica aberta que lhe permite

combinar “a organização, a informação, a energia, a retroação, as fontes, os produtos e os fluxos, input e output, do sistema, sem fechar-se numa – clausura – para onde o leva geralmente seu espírito teórico” (Barbier, 2002, p. 91).

Assim, identificamos a necessidade de certo distanciamento e vigilância em três níveis diferentes:

- Diante das contradições e limitações do senso comum que Marcelo Lopes de Souza define como “a não reflexividade sistemática e o seu horizonte geográfico restrito, muitas vezes basicamente mesolocal ou mesmo microlocal, com pouca ou nenhuma informação refinada e qualificada sobre processos em escalas supralocais” (2011, p. 165).
- Em relação à própria ciência que não tem nada infalível, mas é também sujeita a preconceitos devido à impregnação de todos os cientistas por um contexto social, cultural e histórico particular (Souza, 2011, p. 165).
- No seu próprio diálogo interno e postura de pesquisador com a sociedade: é necessário uma autoanálise, auto-compreensão e autocrítica permanentes para rastrear e identificar no processo de pensar e pesquisar seus próprios modos, “julgamentos desviados ou perturbados pela sua própria afetividade, seus próprios medos ou desejos” (Morin, 1994, p. 306). Edgar Morin define essa busca por um “meta-ponto de vista” como uma “regra de complexidade” (Morin, 1994, p. 301), que inclui a relatividade e a incerteza porque sempre incompleta. No entanto, esse “retorno reflexivo do sujeito científico sobre si mesmo” (Morin, 2005, p. 21) é dificultado pelo método científico que separou o sujeito do objeto, limitando a reflexão sobre o sujeito ao domínio da filosofia e à moral. Isso impediu que essa autorreflexão adquirisse “as virtudes verificadores da ciência” (ibid).

Doutoranda Cynthia Lucienne, MDU, Brasil

A relação interdisciplinar desenvolvida na CIAPA possibilita a discussão entre pessoas de diferentes formações, trazendo inúmeros ganhos individuais e coletivos. A produção do conhecimento desenvolvida na comunidade de aprendizagem como a CIAPA possibilita a seus participantes uma ampliação do olhar da realidade, interferindo na postura profissional de cada um. E a partir dessas discussões oferece à sociedade contribuições a fim de entender esse processo de fragmentação social que interfere tanto na academia, na gestão e principalmente na cidade.

Quando se reporta à questão da produção social do habitat, do direito à habitação, enxerga-se a sua complexidade, pois a habitabilidade não é só o direito a casa enquanto estrutura e sim um conjunto de ambientes (social, jurídico, ambiental, político, etc) que possibilitem uma vida digna. Nesse contexto, o que vemos nas nossas pesquisas de campo é como a questão habitacional vem sendo tratada, especificamente na cidade do Recife, como produto do capital legitimado pelo

governo que diariamente transgride direitos e leis através de suas ações desumanas e higienistas, como remoções e construção de habitacionais precários, sem garantir a participação da sociedade na construção da cidade.

A construção política se inviabiliza sem a verdadeira participação dos atores do cenário em construção e quando nos transportamos para a questão da produção social do habitat isso fica mais latente. Assim, qualquer política voltada para habitação deve trabalhar a noção de luta cotidiana como questão primordial para sua efetividade, pois somente com a apropriação e participação dos usuários ~~que~~ se pode alcançar a conquista de um conjunto de direitos negados a estes. Uma política de regularização e requalificação não se efetiva apenas por decreto, mas se materializa através do contexto histórico de movimento desses usuários na luta por seus direitos. Parte, sobretudo, de seus anseios, mas sua concretude vem da sincronia de suas lutas com a apropriação de todos os espaços de participação.

Bel Direito Maria Eugênia Wanderlei, MDU, Brasil

Considerando o contexto de cidades como Recife, onde mais da metade da sua população vive em assentamentos que surgiram em processos irregulares de ocupação do solo, com níveis muito precários de habitabilidade, parece incompreensível que o tema da promoção habitacional não esteja no centro das reflexões urbanísticas e do processo de formação dos profissionais da arquitetura e do urbanismo. No entanto, ao observar o número de estudantes que se dedicam a este tema nos cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, pode-se afirmar que ele é desproporcional à dimensão da questão no contexto brasileiro. Por outro lado, os estudantes que se dedicam a este tema também são tratados como experts de um tema específico, entre tantos que compõem a questão urbana. Ao contrário disso, trata-se de um tema que deveria permear a reflexão sobre todas as demais questões urbanísticas, e não apenas como tema setorial, restrito a porções do território urbano.

Para entender essa posição da questão habitacional dentro das reflexões acadêmicas, julgamos necessário refletir sobre as representações sociais da cidade dentro dos meios de comunicação, e da própria reflexão acadêmica. Nesse ponto cabe mencionar autores como Maricato (2007, p. 62), quando afirma: “*A representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar do todo*”. Ou ainda Ana Clara Torres Ribeiro (2010), que empreendeu esforço para compreender os instrumentos midiáticos e políticos de controle da nossa psicosfera, que trazem para o foco de representação das cidades seus “espaços-símbolos” onde, não por acaso, se concentra a reprodução e acumulação do capital. Essa estratégia de exercício do poder interfere profundamente na formação dos conceitos que moldam a vida cotidiana (RIBEIRO,

2010), onde a questão habitacional dos setores populares ocupa geralmente posição secundária na representação do urbano, e conseqüentemente nas prioridades do planejamento e gestão pública e do debate acadêmico. Essa posição secundária da questão habitacional resulta na reprodução do habitat precário das favelas, onde pelo menos a metade da população das cidades do capitalismo periférico vive, ocupando muito menos da metade do seu território⁹ (Angel et alli, 1982 apud SMOLKA, 2003). Entre as estratégias necessárias para tornar o debate sobre a produção social do habitat mais central dentro das reflexões urbanísticas (e acadêmica), julgamos essencial destacar dois pontos que merecem ser debatidos de forma mais explícita.

O primeiro ponto se refere ao papel do Estado na promoção habitacional. Tradicionalmente (no senso comum) o Estado aparece como promotor habitacional apenas para a população de baixa renda. Mas na verdade quase toda a promoção habitacional, incluindo os países de capitalismo central, ocorre com algum tipo de intermediação estatal, posto que o financiamento e a remuneração da produção deste setor ocorrem de forma muito lenta¹⁰ o que torna necessário o aporte de fundos geridos pelo Estado para viabilizar essa produção e atender a demanda da sociedade. Neste sentido, o tema da promoção habitacional, não apenas para as classes de baixa renda, é um tema central do planejamento urbano e passível de intervenções mais elaboradas sob diversos pontos de vista (ambiental, social e econômico), e para diversos segmentos sociais, não apenas para os setores populares. Da forma tradicional como se costuma apresentar o tema habitacional, ele remete à ideia de uma concessão do Estado para beneficiar apenas a população de baixa renda, quando se trata de um tema central para toda a produção do espaço urbano.

O segundo ponto de reflexão que julgamos essencial destacar é que o uso habitacional é predominante dentre todas as modalidades de uso do solo presentes no contexto urbano. E dentre os vários níveis de uso habitacional, o uso destinado à população de baixa renda é sem dúvida o de maior demanda em cidades da periferia do capitalismo, como Recife, onde mais da metade da sua população vive em assentamentos precários. Nesse sentido parece evidente a necessidade de buscar soluções sustentáveis, sob as perspectivas ambiental, econômica e social, para enfrentar essa demanda e interromper o ciclo de reprodução de assentamentos precários, uma vez que a questão repercute sobre todo o processo de desenvolvimento urbano, incluindo os temas da mobilidade e sustentabilidade ambiental, que tem recebido mais destaque no período recente. Refletir sobre alternativas sustentáveis de produção social do habitat é refletir sobre todo o

⁹ Em estudo do Observatório das Metrôpoles (2005), chegou-se a estimativa de que as ZEIS dos demais assentamentos populares do Recife ocupam apenas 15% do território da cidade.

¹⁰ É muito comum que os financiamentos habitacionais alcancem prazos de 20 a 30 anos.

processo de desenvolvimento urbano, e não apenas sobre demandas da população de baixa renda.

Arq. Urb. Werther Ferraz, MDU, Brasil

Considerando o contexto de cidades como Recife, onde mais da metade da sua população vive em assentamentos que surgiram em processos irregulares de ocupação do solo, com níveis muito precários de habitabilidade, parece incompreensível que o tema da promoção habitacional não esteja no centro das reflexões urbanísticas e do processo de formação dos profissionais da arquitetura e do urbanismo. No entanto, ao observar o número de estudantes que se dedicam a este tema nos cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil, pode-se afirmar que ele é desproporcional à dimensão da questão no contexto brasileiro. Por outro lado, os estudantes que se dedicam a este tema também são tratados como experts de um tema específico, entre tantos que compõem a questão urbana. Ao contrário disso, trata-se de um tema que deveria permear a reflexão sobre todas as demais questões urbanísticas, e não apenas como tema setorial, restrito a porções do território urbano.

Para entender essa posição da questão habitacional dentro das reflexões acadêmicas, julgamos necessário refletir sobre as representações sociais da cidade dentro dos meios de comunicação, e da própria reflexão acadêmica. Nesse ponto cabe mencionar autores como Maricato (2007, p. 62), quando afirma: “*A representação da cidade é uma ardilosa construção ideológica na qual parte dela, a cidade da elite, toma o lugar do todo*”. Ou ainda Ana Clara Torres Ribeiro (2010), que empreendeu esforço para compreender os instrumentos midiáticos e políticos de controle da nossa psicosfera, que trazem para o foco de representação das cidades seus “espaços-símbolos” onde, não por acaso, se concentra a reprodução e acumulação do capital. Essa estratégia de exercício do poder interfere profundamente na formação dos conceitos que moldam a vida cotidiana (RIBEIRO, 2010), onde a questão habitacional dos setores populares ocupa geralmente posição secundária na representação do urbano, e conseqüentemente nas prioridades do planejamento e gestão pública e do debate acadêmico. Essa posição secundária da questão habitacional resulta na reprodução do habitat precário das favelas, onde pelo menos a metade da população das cidades do capitalismo periférico vive, ocupando muito menos da metade do seu território¹¹ (Angel et alli, 1982 apud SMOLKA, 2003). Entre as estratégias necessárias para tornar o debate sobre a produção social do habitat mais central dentro das reflexões urbanísticas (e

¹¹ Em estudo do Observatório das Metrôpoles (2005), chegou-se a estimativa de que as ZEIS e demais assentamentos populares do Recife ocupam apenas 15% de todo o território da cidade.

acadêmica), julgamos essencial destacar dois pontos que merecem ser debatidos de forma mais explícita.

O primeiro ponto se refere ao papel do Estado na promoção habitacional. Tradicionalmente (no senso comum) o Estado aparece como promotor habitacional apenas para a população de baixa renda. Mas na verdade quase toda a promoção habitacional, incluindo os países de capitalismo central, ocorre com algum tipo de intermediação estatal, posto que o financiamento e a remuneração da produção deste setor ocorrem de forma muito lenta¹² o que torna necessário o aporte de fundos geridos pelo Estado para viabilizar essa produção e atender a demanda da sociedade. Neste sentido, o tema da promoção habitacional, não apenas para as classes de baixa renda, é um tema central do planejamento urbano e passível de intervenções mais elaboradas sob diversos pontos de vista (ambiental, social e econômico), e para diversos segmentos sociais, não apenas para os setores populares. Da forma tradicional como se costuma apresentar o tema habitacional, ele remete à ideia de uma concessão do Estado para beneficiar apenas a população de baixa renda, quando se trata de um tema central para toda a produção do espaço urbano.

O segundo ponto de reflexão que julgamos essencial destacar é que o uso habitacional é predominante dentre todas as modalidades de uso do solo presentes no contexto urbano. E dentre os vários níveis de uso habitacional, o uso destinado à população de baixa renda é sem dúvida o de maior demanda em cidades da periferia do capitalismo, como Recife, onde mais da metade da sua população vive em assentamentos precários. Nesse sentido parece evidente a necessidade de buscar soluções sustentáveis, sob as perspectivas ambiental, econômica e social, para enfrentar essa demanda e interromper o ciclo de reprodução de assentamentos precários, uma vez que a questão repercute sobre todo o processo de desenvolvimento urbano, incluindo os temas da mobilidade e sustentabilidade ambiental, que tem recebido mais destaque no período recente. Refletir sobre alternativas sustentáveis de produção social do habitat é refletir sobre todo o processo de desenvolvimento urbano, e não apenas sobre demandas da população de baixa renda.

Arq. Urb. Werther Ferraz, MDU, Brasil

Os problemas complexos precisam de uma visão sistêmica, neste sentido o processo de formação de universitários além de conhecimentos teóricos, também precisam da prática profissional como uma forma inicial de contextualizar a realidade, um exemplo disto segundo Paulo Freire:

¹² É muito comum que os financiamentos habitacionais alcancem prazos de 20 a 30 anos.

“O ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais, para menos, a chama, como lidar com certos riscos [...] A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro. A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem [...]. Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. (2006, P. 12).

Diante do exposto, a CIAPA é um espaço de formação das pessoas participantes de diversas áreas, onde o professor, além de transferir conhecimento ou conteúdos, também o produz e constrói com os educandos como sujeitos a partir da teoria e da prática, pois “Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro (FREIRE, P, 12)”.

Nesta perspectiva, a CIAPA também é um ambiente onde, além de entender a habitabilidade e o processo de produção do espaço, desde uma perspectiva integral e prática que compreende o social, econômico, ambiental, político etc., também busca refletir sobre a dinâmica urbana como uma forma que possibilite o desenvolvimento com qualidade de vida mediante a constante interação academia-sociedade.

Nesta ordem, destacam-se aspectos da CIAPA que facilitam a integração de saberes dos estudantes com a prática, onde encontramos vantagens como os ajustes nos horários e calendário da disciplina, o qual permite uma maior flexibilidade nos encontros com as localidades. Em segundo lugar, as aulas são um espaço de discussão, onde tanto as experiências do professor e estudantes são importantes e enriquecedoras; permitindo a formação permanente e como ponto fundamental as reflexões críticas sobre a prática. Também se encontra o caráter interdisciplinar com estudantes de diversas formações, como Serviço Social, Sociologia, História, Arquitetura, Direito entre outros. Este caráter interdisciplinar que escapa do reducionismo científica, traz ganhos tanto individuais como coletivos, que se traduz em repensar um contexto de alta complexidade da produção social do habitat.

Finalmente, pode-se afirmar que o homem é um ser capaz de construir e reconstruir o conhecimento, mediante a troca de experiências Universidade – sociedade com finalidade de transformação, conforme cita Paulo Freire:

“Mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de apreender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada.

Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito” (FREIRE, 1996, P 28).

Ass. Soc. Diana Carolina Gómez Bautista, Prodema, UFPE, Brasil

La época de la Ilustración inició la consolidación del paradigma científico dominante hasta principios del siglo, y con una el liberalismo tal quehacer científico se despojó tanto de aproximaciones no demostrables, como de filosofías y consideraciones éticas. De tal modo, la ciencia comenzó a proliferar como “natural”.

Para atender los fenómenos sociales en aquel período donde el capitalismo tomaba fuerza, el científico “social” fue el hombre indispensable al *progreso* y el constructor intelectual del sistema. Para atender a cada mayor problema, las ciencias se separaron en distintas disciplinas con cierta independencia entre sí.

Poco después las ciencias sociales detectaron tres grandes especialidades para atender las problemáticas humanas y lograr el *desarrollo*: ciencia política, sociología y economía, y con ellas se consolidó el paralelo monopolio al capitalismo en las ciencias: la especialización. Como es sabido, los monopolios no se comparten, por lo tanto, tales disciplinas tampoco compartieron su quehacer.

El papel de la academia como gestora de la producción del conocimiento tenía claro que para lograr un mayor alcance científico debía diversificarse las disciplinas y además tener no solo una especialización, sino una *súperespecialización*. Sin embargo, pese a la persistencia de científicos funcionalistas, se empezó a entender que la realidad es procesual y electiva, tanto en lo material como en la social. Poco a poco cada disciplina producto de esa proliferación, construyó su objeto de estudio y determinó los métodos convenientes para aplicar. Sin embargo, no fue suficiente. Las contradicciones entre la “realidad” y la “realidad científica” (a pesar de corresponder a protocolos institucionales) son incompatible. Los investigadores, al delimitar una problemática, determinan que no es suficiente ni el conocimiento unidimensional para abordarla, ni la forma para trabajar en la que únicamente recolectan datos para después, de una forma “objetiva”, presentarlos.

La interdisciplinariedad nace como reacción contra la especialización, contra el reduccionismo científico, o la ciencia que se presenta en la actualidad como una forma de alienación mental y de la forma de abordar la realidad con los métodos de investigación de disciplinas fragmentadas.

A pluralidade de pontos de vista a partir dos quais se pode investigar, compreender, avaliar e intervir sobre um fenômeno urbano, devido à complexidade inerente a qualquer recorte da realidade social que se tome para análise, reflete-se em perspectivas muito distintas do pensar e do atuar sobre o espaço. E o desafio de fazer comunicarem-se os diversos sujeitos envolvidos na produção do conhecimento sobre esses fenômenos e, mais ainda, no próprio processo de produção do espaço, caracterizado pela luta de interesses muitas vezes conflitantes em nossa sociedade, impõe-se como pré-requisito fundamental para uma formação que se pretenda apta à interface entre disciplinas. Isso, porque, partindo-se do entendimento de que a interdisciplinaridade não está na formação profissional daquele que irá atuar em um determinado processo, mas na sua capacidade de interagir com outros profissionais e, principalmente, outros sujeitos envolvidos, o papel da comunicação entre saberes revela-se primordial. E esta constatação, bem como seu enfrentamento, parece ser um dos principais benefícios propiciados pelo ambiente de aprendizado da CIAPA.

O exercício prático, que propicia a reflexão teórica sobre tais questões, é bastante apropriado: abordar a produção social do habitat, tomando como ponto de partida uma demanda real do território em que estamos inseridos, investigando-se a percepção dos principais sujeitos dessa produção e lançando-se olhares técnicos e acadêmicos multidisciplinares sobre os problemas levantados, na perspectiva de se construir entendimentos. Metodologia simples, mas de alcance complexo.

Acredito que os resultados venham a refletir-se na mudança de postura dos participantes diante do enfrentamento de situações de conflito de interesses ou de divergência de opiniões. O respeito à riqueza particular que cada diferente olhar sobre a realidade pode oferecer e a abertura à comunicação entre os diferentes saberes passam a ser tomados como princípios norteadores de uma boa interação.

Arq. Urb. Jennifer Borges, MDU, Brasil

El prefijo inter (entre), indica que entre las disciplinas se va a establecer una relación. Así, la interdisciplinariedad incorpora resultados de las diversas disciplinas, tomándolas de los diferentes esquemas conceptuales de análisis, sometiéndolas a comparación y enjuiciamiento e integrándolas.

Considero que el proyecto de la CIAPA es un espacio donde es posible realizar una práctica científica con fines sociales en el sentido de que los resultados contribuyan a un desarrollo en el bienestar de los actores sociales, es decir de aquellos que configuran directamente la realidad. Las prácticas tradicionales de la ciencia -social- ha tenido algunos derrapes que incluso han fomentado el desprestigio de los investigadores, como obtener datos sin reciprocidad en una comunidad (*despojo intelectual*), o realizar investigación con intereses particulares.

CIAPA contempla implícitamente algunos valores que están ayudando a revolucionar y humanizar el quehacer profesional:

- una retribución a la comunidad,
- una transgresión entre los límites de las disciplinas para una contribución integral en la resolución de las problemáticas,
- un encuentro entre investigador y actor social con finalidad transformadora (“criticar teóricamente y revolucionar prácticamente”, Feuerbach; “explicación de la realidad para actuar en ella”, Wallerstein; “enseñar aprendiendo y aprender enseñando”, Freire).

Dentro de la universidad, la integración de profesionistas de distintas disciplinas y procedencia, articulados con organismos o instancias que se dedican a trabajar las mismas problemáticas es fundamental para fortalecer la elaboración y ejecución de políticas que atiendan una situación determinada. Ese mecanismo permite al mismo tiempo una dinámica de constante aprendizaje gracias al intercambio de conocimientos dentro del ámbito académico y también entre el mundo académico y el social, como elementos que forman parte de un sistema.

Los acuerdos de cooperación entre universidades de diferentes puntos del mundo otro elemento con mucha importancia en el quehacer de CIAPA. Como participante procedente de la Universidad Veracruzana, México, considero que esta experiencia tiene una repercusión muy importante tanto en mi formación como profesionista, gracias a los elementos didácticos aprendidos, como en la comprensión de la situación científica a un nivel global. El paradigma tradicional dominante *per se* permeó en la ciencia, sin embargo ahora la forma de hacer investigación y resolver problemáticas pueden tener resonancia en otros puntos geográficos, logrando una revolución en el modo de formar recursos humanos para la práctica profesional.

Soc. Elsa Cuevas Mera, Universidad Veracruzana, México

Bibliografia

De la Mora, Luis . **Aferição da qualidade da participação dos agentes envolvidos em mecanismos de gestão democrática do desenvolvimento local. Uma proposta metodológica.**.. Anais do VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL. Salvador : Editora da UFBA, 1996.

_____. **Habitação e Cidadania: Assessoramento para Melhoria da Qualidade das Habitações dos Assentamentos Populares do Recife** .. In: II Encontro de Extensão, 1999, Recife. Resumos do II Encontro de Extensão. Recife : Editora da UFPE, 1999.

_____. **As parcerias interinstitucionais para ampliar e melhorar a qualidade dos programas habitacionais de interesse social.** In: **Seminário Municipal Política Habitacional de Interesse Social**, 2001, Recife. Anais do Seminário Municipal Política Habitacional de Interesse Social. Recife : Prefeitura da Cidade do Recife, 2001. p. 44-53.

_____. **A disciplina HABITAÇÃO POPULAR do Programa UFPE para Todos: uma experiência de concretização das novas diretrizes no ensino da Arquitetura e Urbanismo.** In: XVIII - ENSEA. Encontro Nacional do Ensino da Arquitetura e Urbanismo, 2002, Belo Horizonte. Anais do XVIII - ENSEA. Belo Horizonte, 2002.

_____. **A disciplina HABITAÇÃO POPULAR do Programa UFPE para Todos: uma experiência de concretização das novas diretrizes no ensino da Arquitetura e Urbanismo.**.. In: I Congresso Nacional de Extensão Universitária, 2002, João Pessoa, PB. Anales del A disciplina HABITAÇÃO POPULAR do Programa UFPE para Todos: uma experiência de concretização das novas diretrizes no ensino da Arquitetura e Urbanismo., 2002.

_____ et alii. **“La matéria HABITAÇÃO POPULAR del Programa UFPE para TODOS inserida en el Programa CASA MELHOR de la Prefectura de Recife, como una nova práctica social y didáctica de la Universidad” Tercer Taller Internacional sobre Vivienda Popular y de Interés social “ViPo’ 2002. “El respeto ambiental en la calidad de vida del hábitat”.** Tema: Metodología y enseñanza académica y popular Camaguey, Cuba. 18 al 20 de Junio del 2002

_____; De la Mora, C. ; Carneiro P. A. ; Monteiro, T. V. **.Assessoramento aos programas de habitação popular da Prefeitura do Recife** .. In: IV Encontro de Extensão, 2003, Recife. IV Encontro de Extensão. Recife, PE : Editora da UFPE, 2003.

_____. **Extensão como Prática do Ensino e da Pesquisa com seus Impactos Sociais.** In: I Jornada de Iniciação Científica da ASCES, 2005, Caruarú, PE. Anais da I Jornada de Iniciação Científica da ASCES. Caruarú, PE, 2005

_____. **Exigências organizacionais da produção social do Habitat.**

Um estudo de caso: O projeto Piloto de Micro-credito habitacional e produtivo na comunidade Chico Mendes. Recife . In: Seminário Internacional de Produção Social do Habitat Habitat para a Humanidade, 2006, São Paulo. Anais do Seminário Internacional de Produção Social do Habitat Habitat para a Humanidade. São Paulo : Habitat para a Humanidade, 2006.

_____. **A pedagogia da Participação** ,. In: VI Conferencia Internacional do Observatório Internacional de Democracia Participativa. ODIP, 2006, Recife. Anais do VI Conferencia Internacional do Observatório Internacional de Democracia Participativa. ODIP. Barcelona : ODIP, 2006

_____. (Org.) Alunos da comunidade de Apreziagem ;. **Produção Social do Habitat.** Recife: Dom Bosco, 2007. v. 1000. 30 p.

_____; Rezende, Aldo . **Produção Social do Habitat: Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na perspectiva de construção de um novo paradigma** ,. In: V Jornada Internacional de Vivienda Social, 2007, Valparariso, Chile. . : Instituto Nacional de Vivienda, 2007.

_____, Ana Lucia Fontes **La asignatura “Producción Social del Hábitat” del Programa de Pos-grado en Desarrollo Urbano de la Universidad Federal de Pernambuco. Espacio de investigación, enseñanza y acción social en el contexto brasileño.** XII Encuentro de la Red Latinoamericana de Cátedras de Vivienda, p. 139 – 147 Valparaíso, Chile, 2007.

_____, et alii **Proposta metodológica de avaliação dos mecanismos de articulação e organização dos agentes envolvidos em projetos de produção social do habitat: Estudo de caso:Conjunto Residencial Dom Helder Câmara – Recife, Brasil.** XII Encuentro de la Red ULACAV, p. 277 – 285. Valparaíso, Chile, 2007

_____, et alii **Producción Social del Conocimiento en el contexto de la Producción Social del Habitat en la Universidad Federal de Pernambuco (Brasil).** XIII Encuentro de la Red ULACAV, Buenos Aires, 2008.

_____, et alii **COMUNIDAD INTERDISCIPLINAR DE ACCIÓN, INVESTIGACIÓN Y APRENDIZAJE – CIAPA.** XIV Encuentro de la Red ULACAV, Resistência, Chaco, Argentina, 2009.

_____, et alii **A prática pedagógica de cinco disciplinas obrigatórias do 4º período do curso de arquitetura e urbanismo na perspectiva de inovar na formação de planejadores e gestores do habitat socialmente produzido no seio de uma estrutura acadêmica tradicional.** XV Encuentro de la Red ULACAV, Montevideu, Uruguay, 2010

_____, et alii **Recualificación arquitectónica, urbanística y paisajística de los espacios públicos abiertos e cerrados del barrio de la Bomba de Hemetério, en Recife. Brasil. Arquitectura en Diálogo con la Sociedad** XVII Encuentro de la Red ULACAV, Córdoba, Argentina, 2011

_____, et alii **PRODUCCIÓN SOCIAL DEL HÁBITAT: Desafíos en**

la Formación Interdisciplinaria, interinstitucional e intersectorial” XVIII Encuentro de la Red ULACAV, Santa Fé, Argentina. 2012

De Sousa Santos, Boaventura (2012). **The University at a Crossroad.** Human architecture: journal of the sociology of self-knowledge. A Publication of OKCIR: The Omar Khayyam Center for Integrative Research in Utopia, Mysticism, and Science (Utopystics) ISSN: 1540-5699.

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/University%20at%20crossroads_HumanArchitecture2011.pdf

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34a edição. São Paulo: Paz e Terra, 2006

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação.** São Paulo: Ed Moraes, 1980

_____. **Educação como Prática da Liberdade.** 30a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2007

_____. **Educação e Mudança.** 9a edição. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1983

_____. **Extensão ou Comunicação.** 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

Jovchelovitch Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.** Petrópolis, RJ: Vozes, Coleção Psicologia Social. 2008.
Maricato, Erminia (2007)

Morin Edgar. **La complexité humaine. Textes rassemblés avec Edgar Morin et présentés par Heinz Weinmann.** Editions Flammarion, Paris, 1994.

_____. **A cabeça bem-feita. Repensar a reformar. Reformar o pensamento.** Tradução Eloá Jacobina. 8a ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128p.

_____. **Ciência com consciência.** Ed. revista e modificada pelo autor – 9ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA Marcelo Lopes. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS A.F.A., SOUZA M. L., SPOSITO, M.E.B. (orgs.) A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo. Contexto, 2011. pp. 147- 166